

Brasil terá estudos de fase 3 de droga antiviral experimental contra Covid

A farmacêutica MSD (conhecida como Merck no Canadá e Estados Unidos) vai iniciar os testes de fase 3 de seu antiviral contra o coronavírus no Brasil. A droga experimental, chamada molnupiravir, possui um mecanismo de ação contra a fase de replicação viral, que se dá nos primeiros dias de Covid-19.

A realização dos ensaios clínicos ocorre simultaneamente com o lançamento do estudo também global, registrado na plataforma Clinicaltrials.gov. A expectativa é avaliar 1.850 pessoas nessa fase do estudo.

A droga é a primeira a alcançar a fase 3 de estudos no país. Além dela, os anticorpos monoclonais Regeneron e da empresa Eli Lilly

receberam autorização para uso emergencial nos Estados Unidos e, mais recentemente, no Brasil pela Anvisa, embora sejam restritos para uso intrahospitalar.

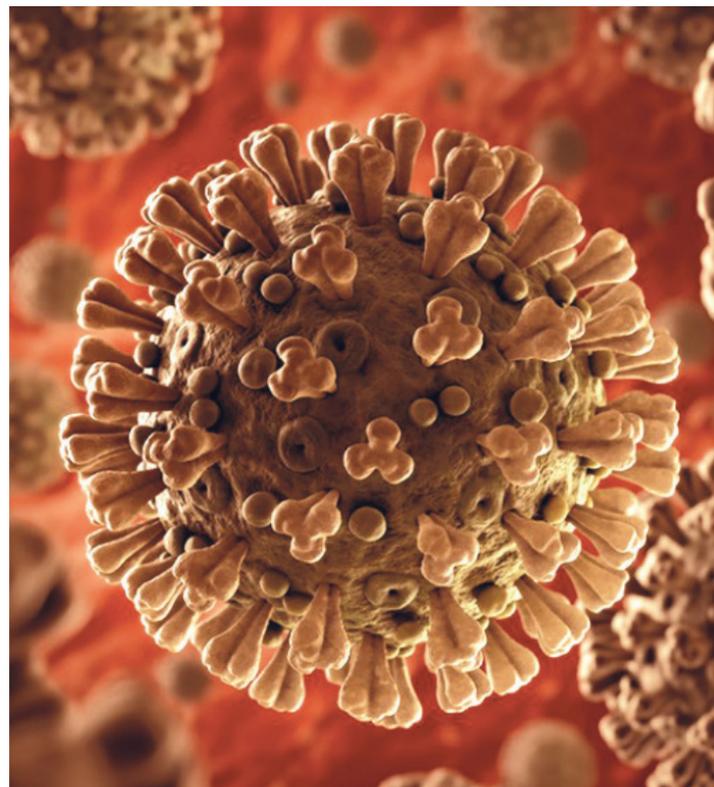
O estudo MOVE-Out avaliará o uso de 800 mg do molnupiravir, na forma de comprimidos orais, duas vezes ao dia, por cinco dias. Segundo a farmacêutica, a dosagem e forma de administração foram determinadas na fase anterior de pesquisa clínica e apresentaram bons resultados na ação antiviral em pacientes não hospitalizados com Covid e com sintomas iniciais.

O mecanismo de ação do antiviral foi descoberto por pesquisadores da Universidade de Emory, em Atlanta, Geórgia (EUA) e o desenvolvimento do medicamento ficou

a cargo da empresa de biotecnologia Ridgeback Biotherapeutics, sediada em Miami, em parceria com a MSD. A farmacêutica também é responsável pela realização dos ensaios clínicos.

No Brasil, os testes serão conduzidos em sete centros de referência: Centro de Pesquisa Clínica do HC da USP, São Paulo (SP), Instituto de Infectologia Emilio Ribas São Paulo (SP), Hospital de Base de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto (SP), Chronos Pesquisa Clínica, Brasília (DF), Santa Casa da Misericórdia de Belo Horizonte, Belo Horizonte, (MG), Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR) e Hospital Tacchini, Bento Gonçalves (RS).

Ana Botallo/Folhapress



Economia



Efeito 'bola de neve' sobre inflação ameaça recuperação do consumo

Página - 03

Política

Centrão pressiona por saída de general Ramos, e Bolsonaro avalia minirreforma ministerial

Página - 04

IPCA põe pressão no Copom por novos aumentos de juros

Página - 03



Projeto eólico de R\$ 3 bilhões da Enel entra em operação comercial no Piauí

Página - 12



Setor de serviços avança 0,7% em abril

Página - 12



Cientista Natalia Pasternak afirma que nem porcentual alto de vacinados dá segurança para abandonar a máscara

Página - 04

No Mundo

Brasil volta ao Conselho de Segurança da ONU após 10 anos



Com votação expressiva, o Brasil voltou, nesta sexta-feira (11), a ser membro rotativo do Conselho de Segurança da ONU. De acordo com os resultados da votação publicados por Volkan Bozkir, presidente da 75ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, a candidatura brasileira ao posto na entidade responsável por zelar pela paz no mundo obteve 181 votos entre os 193 possíveis.

“A eleição demonstra amplo reconhecimento da contribuição brasileira para os temas de paz e segurança internacionais”, escreveu o Ministério das Relações Exteriores do Brasil em uma publicação em redes sociais.

Em nota enviada à imprensa, o Itamaraty afirmou

que “o Brasil buscará traduzir em contribuições tangíveis a defesa da paz e da solução pacífica das controvérsias” e que, no Conselho, pretende “fortalecer as missões de paz da ONU e defender os mandatos que corroborem a interdependência entre segurança e desenvolvimento.”

A pasta afirma ainda que o país “estará em posição privilegiada para atestar seu compromisso com a reforma” da entidade. Ao lado de Índia, Alemanha e Japão, o Brasil forma o chamado G4, grupo que pleiteia também uma vaga como membro permanente -mas sem poder de veto- no Conselho de Segurança.

A inclusão de integrantes fixos, porém, depende de uma reforma no sistema que não

tem perspectiva de acontecer -uma das principais oposições vem da China- e que será uma das prioridades brasileiras durante o mandato.

Além do Brasil, também foram eleitos como membros rotativos no Conselho Albânia, Emirados Árabes Unidos, Gabão e Gana. Os países eleitos substituirão Estônia, Níger, São Vicente e Granadinas, Tunísia e Vietnã.

O Conselho de Segurança é composto por cinco membros permanentes com direito a veto -Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido e França- e por dez integrantes rotativos, eleitos para mandatos de dois anos cada um. Para a vitória, eram necessários os apoios de dois terços dos Estados-membros votantes. Folhapress

G7: cúpula vai incluir medidas de recuperação econômica mais justas



A cúpula do G7 vai discutir medidas para uma “recuperação econômica mais justa, sustentável e inclusiva que responda aos desafios únicos” que se vivem atualmente, anunciou sexta (11) o governo dos EUA.

O presidente norte-americano, Joe Biden, e os líderes do Grupo dos Sete concordaram em continuar as suas políticas de apoio à economia global, “enquanto for necessário”, para criar uma recuperação “forte e equilibrada”, de acordo com declaração da Casa Branca.

Na nota, as sete economias mais desenvolvidas dizem esperar que a saída da

Bélgica inicia quarta-feira emissão de certificado digital

A Bélgica vai começar a emitir na próxima semana o Certificado Digital covid-19 da União Europeia (UE), ao mesmo tempo em que caminha para a classificação laranja no mapa da pandemia, informou sexta (11) o diário Le Soir.

A partir do dia 16, os cidadãos belgas poderão ter acesso ao certificado covid-19 da UE, que atestará a administração de uma ou duas doses de uma vacina contra a doença, o resultado negativo de um teste PCR realizado com pelo menos 72 horas de antecedência ou a recuperação da doença, devendo a pessoa fazer prova de um teste positivo com data de 11 a 180 dias.

O ministro federal da Saúde, Frank Vandenbroucke, confirmou que está em preparação um quadro jurídico

co, adiantando que uma campanha de informação sobre o certificado será lançada também na quarta-feira.

Entretanto, a taxa de contaminação tem mantido tendência de baixa e, se ela se mantiver, a Bélgica poderá apresentar uma incidência de casos acumulados de infecção pelo novo coronavírus de menos de 150 casos por 100 mil habitantes, o que permite baixar de vermelho para laranja no mapa do Centro Europeu para a Prevenção e Controle das Doenças.

A Alemanha, Áustria, Bulgária, Croácia, Dinamarca, Espanha, Estônia, Grécia, Letônia, Polônia e a República Tcheca já estão já ligados à plataforma europeia do certificado digital, que permite verificar os documentos emitidos em outros Estados-membros, facilitando os deslocamentos no espaço europeu. RTP/ABR



crise gerada pela pandemia “beneficie a classe média e as famílias trabalhadoras”.

Essas medidas seriam, se adotadas, adicionais ao imposto mínimo global sobre as sociedades que os ministros das Finanças do grupo acertaram na semana passada, durante reunião em Londres, e que os EUA consideram “prioridade”.

A taxa, que seria de pelo menos 15%, recebeu impulso decisivo de Biden desde a sua chegada à Casa Branca, depois de os Estados Unidos, sob Donald Trump, terem evitado comprometer-se com essa iniciativa, que está sendo discutida na Organização para a Cooperação e

Desenvolvimento (OCDE).

A medida é considerada por Washington “passo crítico para acabar com a corrida de décadas ao fundo, que leva as nações a competir sobre quem oferece a taxa mais baixa às grandes empresas à custa da proteção dos trabalhadores, do investimento em infraestruturas e do crescimento da classe média”.

“Ao fazer com que as grandes multinacionais paguem a sua cota-parte e ao aumentar os recursos para financiar as prioridades de renovação interna, um imposto mínimo global sobre as empresas é parte fundamental dos nossos esforços”, acrescentou a nota. RTP/ABR

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Efeito 'bola de neve' sobre inflação ameaça recuperação do consumo



A inflação de maio, acima das projeções e muito acima do teto da meta, trouxe uma preocupação adicional para o cenário de retomada. Se antes a alta do índice era interpretada como um problema pontual, e portanto passageiro, agora é vista por alguns economistas como sinalização de que a pressão sobre os preços pode se prolongar por mais tempo.

A nova perspectiva leva em consideração a mudança no componente da inflação. Nos meses anteriores, ela refletiu principalmente a alta no preço de alimentos e combustíveis, especialmente por causa da valorização do dólar e do aumento de exportações de commodities.

Em maio, no entanto, foi a energia elétrica que pressionou o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). As razões para o aumento são climáticas e mais persistentes.

Durante o verão, não choveu o suficiente para encher os reservatórios de importantes usinas hidrelétricas no Sudeste e no Centro Oeste. O período seco nessas regiões começou com pouca água nos reservatórios, o que exige o acionamento de muitas térmicas movidas a gás, diesel e óleo combustível, que custam mais caro e elevam o preço da energia.

Luz mais cara, além de pesar no orçamento das famílias, eleva custos de operação, que as empresas terminam

por repassar para os produtos finais. Ou seja, na visão de analistas, uma espécie de efeito 'bola de neve' vai atuar sobre os preços nos próximos meses, pressionando de forma persistente a inflação num momento em que o poder de compra já é prejudicado pelo desemprego.

Em maio, a crise hídrica já fez a energia elétrica, na média, registrar alta de 5,37%. O item puxou a alta de 0,83% no IPCA, a maior para este mês em 25 anos.

Com o resultado, a inflação oficial chegou a 8,06% em 12 meses, mais distante do teto da meta deste ano (5,25%). Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (9) pelo IBGE.

Leonardo Vieceli/Folhapress

Declaração de Propósito
Marcelo Marmo Fleury Filho, portador do RG 38.278.802 SSP/SP e do CPF 426.610.688-21, e-mail: marcelo.fleury.filho@gmail.com, abaixo assinado, na condição de acionista, por intermédio do presente instrumento, declara sua intenção de participar do controle societário de empresa de capitalização, a ser constituída, em processo de aprovação junto à Susep – Superintendência de Seguros Privados, e declara inexistir restrições que possam afetar a sua reputação, conforme inciso VIII do Artigo 5º do Anexo I da Resolução CNSP 330/15. Esclarece que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais impugnações à presente declaração deverão ser comunicadas diretamente à Susep, Av. Presidente Vargas, 730 – 9º andar, Rio de Janeiro, no prazo máximo de quinze dias, contados da data desta publicação, por meio de documento em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que o declarante poderá, na forma da legislação em vigor, ter direito a vista do respectivo processo. São Paulo, 03/05/2021. **Marcelo Marmo Fleury Filho**.

Declaração de Propósito
Rodrigo Tomasi Bittencourt, portador do RG 14.503.668 SSP/MG e do CPF 113.974.216-73, e-mail: rodrigo.tomasi@icloud.com, abaixo assinado, na condição de acionista, por intermédio do presente instrumento, declara sua intenção de participar do controle societário de empresa de Capitalização, a ser constituída, em processo de aprovação junto à Susep – Superintendência de Seguros Privados, e declaro inexistir restrições que possam afetar a sua reputação, conforme inciso VIII do Artigo 5º do Anexo I da Resolução CNSP 330/15. Esclarece que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais impugnações à presente declaração deverão ser comunicadas diretamente à Susep, Av. Presidente Vargas, 730 – 9º andar, Rio de Janeiro, no prazo máximo de quinze dias, contados da data desta publicação, por meio de documento em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que o declarante poderá, na forma da legislação em vigor, ter direito a vista do respectivo processo. São Paulo, 03/05/2021. **Rodrigo Tomasi Bittencourt**.

Declaração de Propósito
Gabriel Caixeta Martins, portador do RG 13.924.604 SSP/MG e do CPF 081.590.366-98, e-mail: gabrielcaixetamartins@hotmail.com, abaixo assinado, na condição de acionista, por intermédio do presente instrumento, declara sua intenção de participar do controle societário de empresa de capitalização, a ser constituída, em processo de aprovação junto à Susep – Superintendência de Seguros Privados, e declara inexistir restrições que possam afetar a sua reputação, conforme inciso VIII do Artigo 5º do Anexo I da Resolução CNSP 330/15. Esclarece que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais impugnações à presente declaração deverão ser comunicadas diretamente à Susep, Av. Presidente Vargas, 730 – 9º andar, Rio de Janeiro, no prazo máximo de quinze dias, contados da data desta publicação, por meio de documento em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que o declarante poderá, na forma da legislação em vigor, ter direito a vista do respectivo processo. São Paulo, 03/05/2021. **Gabriel Caixeta Martins**.

Declaração de Propósito
Remac – Redação, Matéria e Comunicação Eirell – EPP, CNPJ/MF sob nº 23.187.626/0001-54, NIRE 35.601.107.607, em 01/09/2015, com sede na Av. José Maria Ribeiro, 341, Primavera, em Itu-SP, por sua sócia Renata Machado de Campos, portadora do RG 4.395.555-1 e do CPF 523.554.208-82, e-mail: re.campos52@gmail.com, abaixo assinada, na condição de acionista, por intermédio do presente instrumento, declara sua intenção de participar do controle societário de empresa de Capitalização, a ser constituída, em processo de aprovação junto à Susep – Superintendência de Seguros Privados, e declara inexistir restrições que possam afetar a sua reputação, conforme inciso VIII do Artigo 5º do Anexo I da Resolução CNSP 330/15. Esclarece que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais impugnações à presente declaração deverão ser comunicadas diretamente à Susep, Av. Presidente Vargas, 730 – 9º andar, Rio de Janeiro, no prazo máximo de quinze dias, contados da data desta publicação, por meio de documento em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que o declarante poderá, na forma da legislação em vigor, ter direito a vista do respectivo processo. São Paulo, 03/06/2021. **Renata Machado de Campos**.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online
do jornal acesse nosso site:

www.datamercantil.com

IPCA põe pressão no Copom por novos aumentos de juros



A surpresa com a alta da inflação nos últimos meses aumentou a pressão sobre o BC, que irá definir o novo patamar da Selic (taxa básica de juros) na quarta (15).

Segundo economistas, a tendência é que o BC mantenha o ritmo de aumento dos juros, mas a taxa deve subir mais ao longo do ano.

A preocupação com a alta de preços começa a se fazer notar nas previsões para os juros básicos em 2021. No Boletim Focus do BC, a estimativa há um mês era de uma Selic de 5,5%. No mais recente, a previsão passou para

5,75%, número que deve subir no próximo levantamento, que levará em consideração a inflação de maio acima das previsões.

A pressão da energia elétrica fez a inflação acelerar em maio, pelo IPCA. O indicador subiu 0,83%. No acumulado de 12 meses, a alta foi de 8,06% (acima do teto da meta, de 5,25% para este ano).

Nesta quinta (10), o Itaú revisou as estimativas de Selic para o fim do ano. Antes, eram esperados juros de 5,5% ao ano, agora, a expectativa é de 6%.

O banco também reviu suas projeções para a alta do

PIB em 2021, de 5% para 5,5%, e do dólar, de R\$ 5,30 para R\$ 4,75.

Para a economista Zeina Latif, o resultado recente da inflação não deve pesar na decisão, em si, pois não faria sentido o BC reagir a um sinal de curto prazo. Em sua avaliação, o BC deve manter seu diagnóstico, levando em conta também que o dólar mudou de patamar, o que pode gerar uma melhora nas projeções.

“Acredito que o BC deve manter o discurso sereno, talvez deixando uma porta aberta para um novo aumento de 0,75, mas sem guinadas no discurso.”

Douglas Gravas/Folhapress

Política

Centrão pressiona por saída de general Ramos, e Bolsonaro avalia minirreforma ministerial



O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) discute com aliados um novo pacote de mudanças em ministérios para atender a cobranças feitas por líderes do centrão no Congresso.

Esses parlamentares pressionam por uma distribuição de cargos e pela saída do chefe da Casa Civil, o general da reserva Luiz Eduardo Ramos.

Os partidos que dão sustentação a Bolsonaro atribuem ao ministro dificuldades no atendimento de demandas políticas, em nomeações de interesse dos parlamentares e no andamento de ações do governo em suas bases eleitorais.

Uma mudança na Casa Civil, segundo esses líderes,

seria a peça central de uma minirreforma ministerial. Estão em análise também trocas no Meio Ambiente e no Turismo.

Os caciques do centrão avaliam que o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, acumulou desgastes ao longo de sua gestão e ficou ainda mais fragilizado com a operação da Polícia Federal que investiga a atuação de agentes públicos para favorecer madeireiras.

Já a pasta do Turismo é alvo de cobiça política graças à capacidade de realizar ações nos estados e municípios onde os parlamentares têm interesses eleitorais. O atual titular, Gilson Machado, foi uma escolha pessoal de Bolsonaro.

A pressão pelas trocas – em especial a da Casa Civil –

parte de aliados do presidente na Câmara e no Senado, mas principalmente neste último, onde cobram mais influência na composição de um governo que não tem nenhum senador entre seus ministros. Já a Câmara tem cinco titulares na Esplanada dos Ministérios.

Articuladores políticos do governo dizem que Bolsonaro deve decidir nos próximos 30 dias se fará essas alterações e se incluirá a Casa Civil na minirreforma. Ponderam que o presidente pode resistir a trocar Ramos, uma vez que os dois têm uma relação próxima.

Os parlamentares do centrão levaram ao presidente queixas sobre o trânsito político do general na Câmara e no Senado.

Folhapress

Cientista Natalia Pasternak afirma que nem porcentual alto de vacinados dá segurança para abandonar a máscara

A microbiologista Natalia Pasternak afirmou em depoimento à CPI da Covid que nem mesmo a vacinação oferece garantias suficientes para abandonar a máscara. A cientista completou que apenas a curva de incidência de casos de infecção pelo novo coronavírus fornecerá a segurança.

A fala acontece um dia após o presidente Jair Bolsonaro anunciar que havia pedido ao ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, um parecer para desobrigar o uso de máscaras. Bolsonaro nesta sexta-feira (11) recuou e falou que caberá a seu auxiliar, prefeitos e governadores a palavra final sobre o assunto.

“A recomendação do uso de máscaras é essencial enquanto a gente continua observando um número de casos e de óbitos diários que é preocupante. É essa a curva que nós temos que olhar”, afirmou.

“A gente só vai poder deixar de usar as medidas preventivas – as máscaras, o distanciamento físico e

social – quando uma grande porção da população estiver vacinada e quando a curva nos disser que isso é seguro. Nós não temos que olhar nem o percentual de vacinados, nós temos que olhar o efeito dessa vacinação na sociedade”, completou.

A pesquisadora também afirmou que as políticas de isolamento social e restrição de circulação não podem ser isoladas, de município a município. Pasternak defende que as medidas precisam ser regionais, mas que o país carece durante a pandemia dessas estruturas mais regionalizadas para a tomada de decisões.

O médico sanitário e pesquisador da Fiocruz Claudio Maierovitch também defendeu as medidas de isolamento, mesmo atualmente.

Maierovitch foi questionado sobre a possibilidade de uma terceira onda da pandemia do novo coronavírus. Respondeu que, no caso brasileiro, não houve um grande período de quedas acentuadas no número de casos que pudesse configurar ondas. Renato Machado/Folhapress

Queiroz Galvão vence licitação no governo Bolsonaro após investigações da Lava Jato



A construtora Queiroz Galvão voltou a vencer uma licitação do governo federal depois de sete anos. Nesse período, a empresa esteve pressionada pela Operação Lava Jato. Houve ainda queda no ritmo de grandes obras públicas.

A empreiteira assumirá a construção de um trecho adicional de 115 quilômetros da transposição do rio São Francisco. No certame, a companhia apresentou o menor preço (R\$ 938,5 milhões) entre as concorrentes.

A transposição começou no governo do PT e agora virou uma das bandeiras de Jair Bolsonaro (sem partido). Ativo para 2022, a obra é uma aposta para

alavancar a popularidade do presidente no Nordeste.

O MPF (Ministério Público Federal) apontou, em denúncia de 2016, que a empresa integrava um cartel que fraudava concorrências da Petrobras em troca de propinas.

Em maio deste ano, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) anulou uma condenação de ex-executivos da empresa por entender que cabe à Justiça Eleitoral avaliar o caso. Eles haviam sido punidos pela Justiça Federal de Curitiba no fim de 2020.

Mesmo na pandemia da Covid, Bolsonaro intensificou viagens à região, onde tem baixo desempenho em pesquisas eleitorais. Ele inaugurou trechos da transposição em junho de 2020 e maio des-

te ano, em eventos no Ceará e em Alagoas.

O ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) – um desafeto de Paulo Guedes (Economia) por incentivar gastos com obras – também colhe dividendos políticos do projeto. O MDR é responsável pelo empreendimento.

O ramal vencido pela Queiroz Galvão irá beneficiar principalmente o Rio Grande do Norte, reduto eleitoral de Marinho. O ministro é cotado para a disputa ao governo estadual ou para o Senado no próximo ano.

Em nota, o MDR afirmou que a obra estava prevista desde 2004 e que outros estados já haviam sido contemplados pelas águas. Folhapress

Na sétima aquisição do ano, Magalu compra processadora de cartões Bit55



O Magazine Luiza anunciou nesta terça-feira, 08, a aquisição da Bit55, uma plataforma de tecnologia para processamento de cartões de crédito e débito na nuvem. De acordo com a varejista, a nova empresa chega para dar mais autonomia no desenvolvimento de cartões e para expandir o setor financeiro do Magalu.

A aquisição é uma nova tentativa da empresa em se tornar um super aplicativo que, entre outras coisas, também incorpora soluções financeiras de todos os tipos. A primeira aposta no setor de pagamentos veio em dezembro do ano passado, quando a varejista comprou a Fintech Hub, startup fundada por

Carlos Wizard, por 290 milhões de reais.

A ideia é que, com a Bit55, a Hub Fintech comece a emitir cartões de crédito e débito, além dos já oferecidos cartões pré-pago e as contas digitais. “A nova aquisição faz parte das iniciativas de fortalecimento do setor de fintech da companhia e é mais um importante passo na estratégia de digitalização do Brasil”, diz Robson Dantas, diretor de fintech do Magalu, em comunicado à imprensa.

Segundo o Magalu, a Bit55 possui capacidade de processamento de mais de 2.000 transações por segundo, além de toda a estrutura necessária para a gestão de um portfólio de cartões de crédito, que inclui o recebimento da proposta, envios de

cartões, autorização das transações, emissão da fatura, entre outros serviços. Uma adição valiosa à plataforma de pagamentos do Magalu, que já possui 4 milhões de contas digitais e cartões pré-pagos ativos.

A conclusão da aquisição da Bit55 está sujeita a avaliação e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Esta é a sétima aquisição do Magalu neste primeiro semestre do ano. Antes da Bit55, foram compradas a Steal The Look e Jovem Nerd, canais de conteúdo; a ToNoLucro e GrandChef, apps de delivery; a VipCommerce da categoria mercado e a SmartHint, plataforma de buscas inteligentes.

Exame

NotreDame Intermédica compra Centro Clínico Gaúcho por R\$ 1 bilhão



A NotreDame Intermédica informou que realizou a compra do Centro Clínico Gaúcho (CCG) por meio de sua empresa controlada, a BCBF Participações, por R\$ 1,06 bilhão a ser pago à vista, em dinheiro, descontando o endividamento líquido.

O Centro Clínico Gaúcho (CCG) foi fundado em 1991 na cidade de Canoas (RS), Região Metropolitana de Porto Alegre, e é uma das principais operadoras verticalizadas que oferecem planos de saúde, odontológicos e serviços de saúde no Estado do Rio Grande do Sul.

Em 2020, o faturamento líquido consolidado foi

JBS anuncia compra de empresa australiana de carne suína Rivalea por US\$ 135 milhões

A JBS anunciou nesta terça-feira(8) um acordo para comprar a processadora de carne suína australiana Rivalea, da empresa listada de Cingapura QAF, em um negócio avaliado em total de 175 milhões de dólares australianos, ou 135 milhões de dólares.

Em comunicado ao mercado, a JBS disse que a Rivalea é líder na criação e processamento de carne de porco na Austrália, responsável por 26% dos suínos processados no mercado local, e que com a operação diversificará seus produtos no país.

“Com a aquisição da Rivalea, a JBS assume a liderança no processamento de suínos na Austrália. Adicionamos marcas importantes ao nosso portfólio e criamos melhores condições para acelerar o crescimento dos negócios de valor agregado e marca no

país, além de fortalecer a nossa plataforma de exportação”, disse em nota o CEO Global da JBS, Gilberto Tomazoni.

A operação envolverá a compra pela JBS de 100% da Rivalea Holdings Pty e 100% da Oxdale Dairy Enterprise junto à QAF.

A Rivalea tem faturamento anual de aproximadamente 400 milhões de dólares australianos (310 milhões de dólares) e geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de 37 milhões de dólares australianos, informou a JBS no comunicado.

A empresa australiana possui duas unidades fabris e mais de mil colaboradores.

A aquisição está sujeita a aprovações regulatórias, incluindo por órgão de defesa do consumidor e da competição na Austrália, acrescentou a JBS.

G1



de R\$ 371 milhões com sinistralidade caixa de 70,3%.

O preço de aquisição representará um múltiplo implícito estimado de 9,8 vezes o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização – indicador de geração de caixa) projetado para 2022, quando consideradas as sinergias planejadas. Após a conclusão da Transação, a NotreDame passará a deter uma participação de mercado aproximada de 13,6% na região metropolitana de Porto Alegre.

O Centro Clínico Gaúcho tem uma carteira de 175 mil beneficiários (80% corporativo), localizados principalmente na região metropoli-

tana de Porto Alegre, além de 4,7 mil beneficiários de planos odontológicos. A empresa também tem uma rede própria de 20 centros clínicos, 13 unidades de coletas de análises clínicas e o Hospital Humaniza.

Em 2021, o CCG anunciou a inauguração do Hospital Humaniza, localizado em Porto Alegre, que conta com 110 leitos e potencial de expansão para um total de 220 leitos.

A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de condições da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

G1

SJC Bioenergia Ltda.

CNPJ/MF nº 10.249.419/0001-35

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

Table with 3 main sections: Balanços Patrimoniais, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, and Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto. Includes columns for Nota, 2021, and 2020.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras. 1. Contexto operacional - A SJC Bioenergia Ltda. ("Empresa") é um empreendimento controlado em conjunto pelas Empresas USJ - Açúcar e Alcool S.A. e Cargill Brasil Participações Ltda., e tem como atividades preponderantes a produção e o processamento de cana-de-açúcar, grãos e outros produtos agrícolas...

justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota Explicativa nº 15 - Ativos biológicos; e Nota Explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros. 5. Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais...

tal é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos de reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental é efetuada em conta específica de passivo e, posteriormente ao reconhecimento no resultado, a parcela reconhecida no resultado, a Empresa reclassifica entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de subvenção para investimentos. f. Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo das compras, líquido dos impostos compensáveis, e o valor realizável líquido...

Classificação de intangível - Software. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. j. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração subsequente: Instrumentos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJORA - Instrumento de dívida; ou VJORA - Instrumento de participação; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se não for designado como mensurado ao VJR e atender a ambas as condições a seguir...

Classificação de intangível - Software. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. j. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração subsequente: Instrumentos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJORA - Instrumento de dívida; ou VJORA - Instrumento de participação; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se não for designado como mensurado ao VJR e atender a ambas as condições a seguir...

... continuação

ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o reconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa. • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis. • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo. • Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente — o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Table with 2 columns: Instrumentos financeiros e Descrição. Rows include Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas; Ativos financeiros a VJR; Ativos financeiros a custo amortizado; Instrumentos de dívida a VJORA; Instrumentos patrimoniais a VJORA.

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no reconhecimento também é reconhecido no resultado. (iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iv) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: A Empresa mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente, caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A Empresa designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associados a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de hedge de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira. No início das relações de hedge designadas, a Empresa documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. A Empresa também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge se compensem mutuamente. Hedges de fluxo de caixa: Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. A Empresa designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (forward points) é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido. Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele seja incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na

SJC Bioenergia Ltda.

reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: A política aplicada às informações comparativas apresentadas para 2021 é similar àquela aplicada para 2020. No entanto, para todos os hedges de fluxos de caixa, incluindo hedges de transações que resultam no reconhecimento de itens não financeiros, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa foram reclassificados para o resultado no mesmo período ou períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Além disso, com relação a hedges de fluxo de caixa encerrados antes de 2020, forward points foram reconhecidos imediatamente no resultado. (vi) Capital social: As quotas da Empresa são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios são de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido no Contrato Social e, quando aplicável, são reconhecidos como passivo, depois das reservas obrigatórias. k. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais: A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; • Ativos de contrato. A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço. • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • For pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. A Empresa considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperada: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos financeiros com problemas de recuperação: Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário. • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias. • Reestruturação de um valor devido à Empresa em situações que não seriam aceitas em condições normais. • A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. Baixa: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos. Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao VJR eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor. • Reestruturação de um valor devido à Empresa em situações que não seriam aceitas em condições normais. • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial. • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores. • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

A Empresa considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual quanto em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor, com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Empresa considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda eram reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada era a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida disponível para venda, para o qual havia sido reconhecida uma perda no valor recuperável, tivesse posteriormente apresentado aumento e, esse aumento estivesse objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda era revertida e o valor da reversão reconhecido no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não eram revertidas.

Ativo financeiro disponível para venda

(ii) Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não são ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. l. Benefícios a empregados: (i) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Empresa possui os seguintes benefícios de curto prazo que são concedidos aos seus empregados atuais. • Seguro de vida, no qual é concedido aos funcionários um plano de seguro de vida em grupo, limitando a parte da Empresa a um teto fixo, sendo livre a opção do funcionário de aderir a um plano diferenciado, desde que o pagamento dos custos adicionais seja suportado pelo funcionário optante. • Auxílio odontológico o qual é concedido a todos os funcionários, sendo a opção de adesão facultativa pelo funcionário. O reembolso é de 100% dos custos incorridos através de concessão de convênio médico, com reembolso de 46% dos custos da mensalidade pela Empresa a todos os funcionários, sendo a opção de adesão obrigatória para os novos contratados. Para os níveis gerenciais, é facultada a opção de seguro saúde com reembolso de 78% dos custos. m. Custos de empréstimos: Custos de empréstimos relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesas no exercício em que estes são incorridos. A Empresa capitaliza custos de empréstimos para ativos qualificáveis. n. Provisões: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. o. Arrendamentos: No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). (i) Como arrendatário: No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. Geralmente, a Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: - pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; - pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento e passivos de arrendamento em rubricas específicas no balanço patrimonial. Arrendamentos de ativos de baixo valor: A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. 7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas – As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – ("CPC"), mas ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31/03/2021. A adoção antecipada de normas, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – ("CPC"). - Alterações nas referências à estrutura conceitual - Definição de um negócio (alterações ao CPC 15). - Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23). Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa. Não há outras normas, além das citadas acima, que ainda não entraram em vigor e que conforme entendimento atual da Administração, poderiam trazer impactos relevantes para a Empresa.

8. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e bancos

Aplicações financeiras

2021 2020

897 158.915

711.737 364.371

712.634 523.286

A Empresa considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, banco e aplicações financeiras com vencimentos inferiores a 90 dias da data de contratação, resgatáveis sem nenhuma carência. As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários e debêntures remuneradas de acordo com as taxas apresentadas no quadro a seguir. Não há aplicações financeiras que foram dadas como garantia de nenhuma outra operação financeira da Empresa e que impede o resgate imediato das aplicações financeiras.

2021 2020

2.981 23.811

155 2.925

2.788 1.252

5.924 28.741

(2.659) (21.067)

3.265 7.674

2021 2020

143.368 117.956

160.486 132.469

(143.369) (117.956)

27.892 10.899

188.377 143.368

2021 2020

143.368 117.956

160.486 132.469

(143.369) (117.956)

Table with 2 columns: Percentual de remuneração à taxa CDI and years 2021, 2020. Rows include 0% a 10,0%, 40,1% a 50,0%, etc.

A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para os ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 27. 9. Aplicações financeiras

Aplicações financeiras

Referem-se a aplicações em CDB com rendimento médio de 95% da variação do CDI que corresponde a depósitos efetuados com as bolsas (BM&F Bovespa e Nybot) por intermédio das corretoras referentes a margens de garantia. Os valores foram liberados em reais e não sofrem riscos significativas de oscilações de valores. A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para os ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 27. 10. Contas a receber de clientes

Clientes mercado interno

Clientes mercado externo

(-) Provisão para perdas de crédito esperadas

Total mercado interno e externo

Clientes - Partes relacionadas (Nota 34)

2021 2020

(2.625) (241)

1.022 -

(1.603) (2.625)

2021 2020

22.102 22.959

7.767 1.671

9.150 1.850

54.501 20.353

21.559 21.223

36.363 16.226

(6.489) (3.769)

144.953 80.513

(i) A Empresa reconheceu uma provisão para perdas no valor de R\$ 6.489 em 2021 (R\$ 3.769 em 2020), decorrente de perdas de açúcar no processo de exportação e obsolescência de materiais de manutenção com baixa ou sem movimentação.

Provisão para perdas nos estoques

Saldo no início do exercício

Adição

Saldo no final do exercício

12. Impostos a recuperar

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (i)

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado (ii)

Programa de Integração Social (PIS)

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) (iii)

Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (Reintegra)

Outros impostos e contribuições a recuperar

Imposto sobre Produtos Industrializados (PI)

Total classificado no ativo circulante

Total classificado no ativo não circulante (iv)

(i) O saldo provém principalmente comercialização de etanol anidro, onde a Empresa é beneficiada por crédito presumido de ICMS. (ii) Referente a aquisição de ativo imobilizado realizado pela Empresa que permitem tomadas de crédito; (iii) Referente a venda de CBIOS; (iv) O valor classificado no ativo não circulante refere-se a créditos de ICMS tomados sobre a compra de ativo fixo (CIAP), os quais se tornam disponíveis no decorrer de um período de 48 meses.

13. Outras contas a receber

Adiantamentos a funcionários

Outras contas a receber (i)

Total classificado no ativo circulante

Total classificado no ativo não circulante (i)

(i) Os valores referentes aos adiantamentos a fornecedores são apresentados no não circulante de acordo com os prazos a seguir:

Table with 2 columns: Safr and years 2021, 2020. Rows include 2020/2021, 2021/2022, etc.

A Administração avaliou possíveis provisões de crédito para perdas esperadas relacionadas aos adiantamentos realizados e não identificou nenhuma evidência de que os saldos não irão se realizar. Essa avaliação foi realizada com base nas perdas históricas e situação econômica dos fornecedores. 15. Ativo biológico – A Empresa adota o Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, em que o seu ativo biológico representado por cana-de-açúcar passou a ser mensurado ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada exercício de competência. Aplicado somente para a atividade agrícola – Cultivo de cana-de-açúcar. A movimentação do exercício é demonstrada a seguir:

2021 2020

143.368 117.956

160.486 132.469

(143.369) (117.956)

27.892 10.899

188.377 143.368

2021 2020

143.368 117.956

160.486 132.469

(143.369) (117.956)

27.892 10.899

188.377 143.368

continua ...

... continuação

SJC Bioenergia Ltda.

Empresa, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Empresa estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

Lavouras de cana-de-açúcar: O cultivo da cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros; o primeiro corte ocorre após doze e/ou dezoito meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (cana soca) continua no solo. Após cada corte, a cana planta cresce novamente, em média, por cinco anos (safra). As terras em que as lavouras estão plantadas (quando não vinculadas a operações de arrendamento ou parcerias) são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor dos ativos biológicos. Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo: O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se uma metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da expectativa da produtividade futura da cana-de-açúcar, medida em toneladas de açúcar;
- ATR, pelo preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar; e
- Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custo proporcional dos investimentos em plantio de lavouras, (ii) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais); (iii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT) da cana-de-açúcar; (iv) custos de capital (aluguel das terras e de máquinas e equipamentos); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que essas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

são registradas na rubrica "Ativos biológicos" no ativo circulante e tem como contrapartida a rubrica "Resultado com mensuração de ativos biológicos ao valor justo", no resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados. A Empresa está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações: **Riscos regulatórios e ambientais:** A Empresa está sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Empresa estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam ao cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. **Riscos de oferta e demanda:** A Empresa está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. A Empresa faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada. **Riscos climáticos e outras:** As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Empresa tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar. A produção de açúcar depende do volume e teor de sacarose contida na cana-de-açúcar cultivada ou adquirida de agricultores. O rendimento da safra e o teor de sacarose da matéria-prima cana-de-açúcar dependem principalmente de condições climáticas favoráveis a essa cultura, tais como índice de chuvas e de temperatura, que podem variar. Historicamente as condições climáticas têm causado volatilidade na produção e comercialização de açúcar e etanol, e, por conseguinte, nos resultados operacionais, por prejudicarem as safras ou reduzirem os volumes das colheitas. Enchentes, secas e geadas podem afetar negativamente a produção, a oferta e o preço das commodities agrícolas vendidas e utilizadas no processo de produção. Condições climáticas futuras poderão alterar as quantidades e os rendimentos agrícolas que a Empresa irá obter e que foi utilizada em suas premissas para a avaliação do seu ativo biológico. Adicionalmente, os negócios sujeitos à sazonalidade operacional de acordo com o ciclo vegetativo e de desenvolvimento da cana-de-açúcar no

período de maio a novembro de cada ano. Essa situação gera variações nos estoques da Empresa, normalmente com alta no final do período de produção, para atendimento das vendas no período de entressafra, aliado a um certo grau de sazonalidade também na lucratividade operacional e geração de caixa, sobretudo nos últimos meses do exercício social. Essa sazonalidade e qualquer redução no volume do açúcar recuperado da matéria-prima poderão ter efeito adverso sobre os resultados operacionais da Empresa e na sua geração de caixa. **Análise de sensibilidade:** A Empresa avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31/03/2021, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção em toneladas de cana-de-açúcar, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana-de-açúcar resultaria em um aumento ou redução de R\$ 30.833. Com relação ao volume de produção em toneladas de cana-de-açúcar, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em aumento ou redução de R\$ 21.969.

	Arrenda- Máquinas			Total
	Parceria agrícola	mento agrícola	equipamentos	
Adições de contratos	136.687	-	18.213	154.900
Pagamentos	(122.567)	(785)	(14.175)	(137.527)
Apropriação de Encargos financeiros	32.370	251	1.018	33.639
Remensuração dos contratos	46.336	177	-	46.513
Em 31/03/2021	442.508	2.372	18.708	463.588

Passivos de arrendamentos circulares 94.782 681 7.704 103.167

Passivos de arrendamentos não circulares 347.726 1.691 11.004 360.421

Abaixo cronograma de pagamentos dos arrendamentos a pagar do passivo circulante e não circulante em 31/03/2021:

	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
2021/2022	104.697	103.167
2022/2023	103.547	84.482
2023/2024	93.046	73.355
2024/2025	76.728	56.630
2025/2026	65.382	50.540
2026/2027	49.979	39.154
Acima de 2026/2027	70.466	56.260
	563.845	463.588

A taxa média de juros capitalizada durante o período para o cálculo do ajuste a valor presente dos contratos de arrendamentos em 31/03/2021 é de 3,07% a.a. **25. Provisão para processos judiciais** – Existem causas avaliadas pelos assessores jurídicos como risco provável, para as quais foram constituídas as provisões em 31/03/2021 no importe total R\$ 16.265 (R\$ 12.172 em 2020), distribuídas da seguinte forma: R\$ 10.767 (R\$ 7.267 em 2020) trabalhistas, R\$ 5.498 (R\$ 4.905 em 2020) cíveis, em atendimentos às práticas contábeis adotadas no Brasil.

	Saldo final em 31/03/2019	Saldo final em 31/03/2020
Provisão constituída	4.730	12.172
Provisão constituída	-	4.093
Saldo final em 31/03/2021	4.730	16.265

Contingências passivas não provisionadas: Existem outros processos e riscos, para os quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos, acredita existirem razoáveis chances de um resultado favorável à Empresa, devido a uma base sólida de defesa para estes. Essas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais nem outra decisão de processos similares consideradas prováveis e, por esse motivo, nenhuma provisão foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31/03/2021 estavam assim representadas: R\$ 1.483 (R\$ 1.187 em 2020) referente a processos trabalhistas, R\$ 5.040 (R\$ 6.447 em 2020) de processos cíveis, R\$ 3.096 (R\$ 6.984 em 2020) de processos tributários e R\$ 714 (R\$ 72 em 2020) de processos administrativos, para as quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Em 31/03/2021, a Empresa possui registrado o montante de R\$ 3.355 (R\$ 1.778 em 31/03/2020) de depósitos judiciais que fazem frente as provisões trabalhistas registradas em suas demonstrações financeiras. **26. Patrimônio líquido – a. Capital social:** O capital social está representado por 5.900 quotas sociais, com valor nominal de R\$ 76.924,23 cada (R\$ 76.924,23 em 2020), totalmente integralizado pelos sócios. A USJ – Açúcar e Alcool S.A. possui 50% das quotas do capital da sociedade e a Cargill Brasil Participações Ltda. 50% das quotas da sociedade. O controle da sociedade é compartilhado entre as duas sociedades quotistas. **b. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c. Reserva de capital:** Constituída pelo imposto de renda e contribuição social diferidos referente ao agio pago pela empresa Cargill Holding e Participações Ltda. por ocasião da aquisição de participação na SJC Bioenergia Ltda. **d. Reserva para investimentos:** Constituída para conclusão das obras da Usina Rio Dourado. **e. Reserva para incentivos fiscais:** Refere-se aos montantes oriundos dos seguintes incentivos fiscais: (a) Desconto obtido do Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás – PRODUZIR, conforme inciso VII do Artigo 20 da Lei 13.591 de 18/01/2000. (b) Crédito Outorgado de ICMS sobre a comercialização de Etanol Anidro Carburante, incentivo fiscal concedido pelo Governo do Estado de Goiás para as empresas enquadradas no programa PRODUZIR, equivalente a 60% do valor do ICMS como se devido fosse nas operações de vendas de Etanol Anidro realizadas junto às distribuidoras. O benefício é regulamentado pela Lei Estadual nº 13.246/99, art. 3º, II. A Empresa constitui "Reserva de Incentivos Fiscais" ao final de cada exercício societário em que é apurado lucro. A Empresa mantém controles para que o valor correspondente da reserva seja capitalizado à medida que forem apurados lucros nos exercícios subsequentes, conforme IN 1.515/14, artigo 3º, § 3º e Lei 12.973/14, artigo 30, § 3º. Em 31/03/2021 o saldo de Reserva de Incentivos Fiscais, constituídas, é de R\$ 181.218, não existindo mais saldos a serem constituídos provenientes de anos anteriores. **f. Ajuste de avaliação patrimonial:** É composto pela parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa relacionados a operações objeto de hedge que ainda não foram incorridas, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante a liquidação do instrumento. **g. Dividendos:** Os quotistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto no contrato social, depois das reservas obrigatórias. Os dividendos a pagar, quando devidos, são destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Os dividendos mínimos obrigatórios a pagar foram calculados conforme abaixo:

	2021	2020
Resultado do exercício	226.818	(11.341)
Reserva legal	-	(171.938)
Recomposição da subvenção para investimento	-	-
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	226.818	10.885
Dividendos mínimos obrigatórios	226.818	10.885
Dividendos adicionais propostos	32.654	32.654

27. Instrumentos financeiros – Classificação contábil e valores justos: As tabelas a seguir apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Valor contábil				Valor justo
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	711.737	-	-	711.737	711.737
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações financeiras	27.057	-	-	27.057	27.057
Aplicações financeiras	25.507	-	-	25.507	25.507
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	897	-	897	897
Contas a receber	-	42.932	-	42.932	42.932
Outras contas a receber	-	9.374	-	9.374	9.374
Passivos financeiros mensurados ao valor justo	(81.482)	-	(81.482)	(81.482)	(81.482)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo	-	(98.719)	(98.719)	(197.438)	(197.438)
Fornecedores	-	(1.666.125)	(1.666.125)	-	-
Financiamentos e empréstimos	-	(463.588)	(463.588)	-	-
Passivo de arrendamento	-	(206)	(206)	-	-
Outras contas a pagar	-	(152)	(152)	-	-

(i) **Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis**

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	Não aplicável.

(*) Outros passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos. **Gerenciamento de risco financeiro: Visão geral:** Os principais fatores de

	2021	2020
Área estimada de colheita (hectares)	64.880	64.157
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	74,48	79,62
Quantidade total de açúcar recuperável – ATR (kg)	134,89	131,30
Valor do Kg de ATR	0,8090	0,6927
Taxa de desconto WACC	3,83%	3,82%

17. Imobilizado – a. Movimentação do custo

	Edifícios		Terrenos		Máquinas e equipamentos industriais		Máquinas e equipamentos agrícolas		Veículos		Móveis e utensílios		Equipamentos de informática		Outras imobilizações		Manutenção entressafra		Obras em andamento		Outros		Plantio de cana		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020		
Saldo em 31/03/2019	290.855	41.201	1.183.732	64.563	73.688	43.200	4.384	307	101.433	307	100.032	86.642	31.674	3.788	827.503	2.666.328	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Baixas	-	-	(1)	(18.497)	(3.775)	(38)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências (Nota Explicativa nº 18)	6.949	-	53.479	16.562	8.028	6.226	563	-	(101.433)	-	(6.184)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31/03/2020	297.804	41.201	1.237.210	62.628	77.941	49.388	4.947	307	100.032	307	100.032	18.108	31.674	3.788	946.232	2.835.798	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Baixas	-	-	-	(2.919)	(5.421)	(12)	-	-	(100.032)	-	(53)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências (Nota Explicativa nº 18)	13.805	-	48.548	27.381	9.139	6.432	574	-	-	-	(108.583)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31/03/2021	311.609	41.201	1.285.758	87.090	81.659	55.808	5.514	307	107.781	307	10.052	-	-	-	1.075.035	3.061.814	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

b. Movimentação da depreciação

	Edifícios		Terrenos		Máquinas e equipamentos industriais		Máquinas e equipamentos agrícolas		Veículos		Móveis e utensílios		Equipamentos de informática		Outras imobilizações		Manutenção entressafra		Obras em andamento		Outros		Plantio de cana		Total
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Saldo em 31/03/2019	63.208	(9.448)	-	(433.455)	(6.771)	(7.749)	(3.208)	(3.43)	(3.575)	(307)	(101.434)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	12	-	-	(487.409)	(32.001)	(44.913)	(28.200)	(3.918)	(307)	-	(569.007)	(1.238.399)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2020	(72.644)	(9.979)	-	(56.051)	(8.039)	(7.938)	(3.577)	(395)	(100.032)	(307)	(100.032)	18.108	31.674	3.788	(569.007)	(1.238.399)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2021	(82.623)	(225.160)	-	(543.460)	(39.063)	(48.308)	(31.769)	(4.308)	(307)	(307)	(100.032)	18.108	31.674	3.788	(666.637)	(1.416.475)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido contábil em 31 de março de 2020	225.160	41.201	1.285.758	87.090	81.659	55.808	5.514	307	107.781	307	10.052	-	-	-	1.075.035										

... continuação		SJC Bioenergia Ltda.		Período		Ativo circulante	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Receita operacional bruta							
Açúcar	394.316	336.252					
Etanol	1.272.980	1.345.881					
Energia	126.662	132.682					
Cana-de-açúcar	5.984	8.536					
Performance	30.938	-					
Cbios	16.969	-					
Outras vendas	14.555	15.460					
Subprodutos	97.844	71.253					
Serviços prestados	2.928	10.313					
Receita bruta de produtos	1.963.176	1.920.377					
(-) Impostos sobre vendas	(252.064)	(329.311)					
(+) Benefício Produzir (Nota 26.e)	52.390	88.063					
(+) Crédito outorgado sobre etanol anidro (Nota 26.e)	24.977	38.962					
(-) Impostos sobre serviços prestados	(409)	(535)					
Receita operacional líquida	1.788.070	1.717.556					
30. Custos dos produtos vendidos por natureza							
Matéria-prima	(717.526)	(672.458)					
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	(363.353)	(357.093)					
Despesas com pessoal	(36.878)	(38.404)					
Serviços prestados, subprodutos e outros	(28.773)	(35.942)					
Revenda de produtos	(36.745)	(24.877)					
Insumos utilizados na produção	(23.538)	(24.254)					
Peças e serviços de manutenção	(18.196)	(19.102)					
Combustíveis, lubrificantes e energia elétrica	(9.093)	(11.981)					
Quebras, perdas e ajustes de inventário	(7.699)	(4.507)					
Outros	(6.822)	(9.296)					
Despesas operacionais	(1.248.623)	(1.197.914)					
Frete, transportes e armazenagem	(67.412)	(66.777)					
Despesa com pessoal	(29.057)	(25.761)					
Despesas comerciais, exceto fretes, transportes e armazenagem	(9.702)	(13.460)					
Serviços de terceiros	(7.221)	(8.473)					
Depreciação e amortização	(1.741)	(1.500)					
Despesas de uso e consumo	(1.635)	(984)					
Auditoria, consultoria e assessoria	(1.494)	(730)					
Impostos e taxas	(120)	(589)					
Outros	(658)	(851)					
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função							
Despesas com vendas	(78.874)	(76.099)					
Reversão/Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	1.022	(2.384)					
Administrativas e gerais	(41.188)	(40.642)					
Total	(119.040)	(119.125)					

Wesley Batista de Oliveira – Contador CRC/GO 016.115/0-7 Roberto Aparecido Morais – Gerente Financeiro Narciso Bertholdi – Gerente Comercial Abel de Miranda Uchoa – Gerente Geral

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Quotistas da SJC Bioenergia Ltda. São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da SJC Bioenergia Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31/03/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SJC Bioenergia Ltda. em 31/03/2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 31 de maio de 2021.

KPMG Auditores Independentes – CRC 2SP 027.611/0-5
Marcos Roberto Bassi – Contador CRC 1SP 217.348/0-5
Daniel Marino de Toledo – Contador CRC 1SP 249.851/0-8

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.
 CNPJ/ME nº 13.743.550/0001-42 – NIRE 35.300.457.323

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de maio de 2021

Data: 19/05/2021; **Hora:** 10h00min; **Local:** sede social da Companhia, na Avenida João Batista Nunes nº 50, Sala 02, Quadra G1 B1, Parte A, Gleba 1B, Distrito Industrial Benedito Storani, Vinhedo-SP. **Publicações:** dispensadas nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **Presenças:** acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura no Livro de Presenças. **Mesa Diretora:** André Neris de Souza: Presidente e Roberto Rio Branco Nabuco de Gouvêa: Secretário.

Ordem do Dia: 1º) Deliberação e votação a respeito da abertura de nova filial da Companhia. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** (conforme ordem do dia): 1º) A acionista aprovou e aprovou a abertura de uma nova filial da Companhia, a ser localizada na Rua Papa João Paulo II nº 06, Lote 2B, Quadra Única, Jardim Santa Izabel, Hortolândia-SP. Tendo em vista a deliberação e aprovação que constam do Item 1 da presente Ata, a acionista deu nova redação ao § 1º do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar da seguinte forma: "Artigo 2º - (...) § 1º - A Companhia mantém as seguintes filiais: (i) 01 filial da Companhia na Avenida Pierre Simon de Laplace nº 1.211, no Condomínio Techno Park, Campinas-SP, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (ii) 01 filial da Companhia na Rua Papa João Paulo II nº 4, Galpões 2, 4 e 5, Jardim Santa Izabel, Hortolândia-SP, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (iii) 01 filial da Companhia na Rua Presbítero Plínio Alves de Souza nº 757, Medeiros, Jundiá-SP, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (iv) 01 filial da Companhia na Travessa Francisco Marrocos Portela nº 1161, G/A, Sala 01, Alto Alegre I, Maracanau-CE, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (v) 01 filial da Companhia na Avenida Roberto Pinto Sobrinho nº 350, Galpões 1 a 6, Vila Menck, Osasco-SP, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (vi) 01 filial da Companhia na Travessa Francisco Marrocos Portela nº 1161, G/A, Sala 02, Alto Alegre I, Maracanau-CE, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (vii) 01 filial da Companhia na Avenida Pierre Simon de Laplace nº 1.211, Sala 04, Condomínio Techno Park, Campinas-SP, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (viii) 01 filial da Companhia na Rua Sebastião Cardoso s/n, Parque Brasil 500, Paulínia-SP, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (ix) 01 filial da Companhia na Rua Castelo nº 165, Remanescente da Gleba C5, Sumaré-SP, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (x) 01 filial da Companhia na Avenida Coronel Phidias nº 513, Pavuna, Rio de Janeiro-RJ, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (xi) 01 filial da Companhia na Rua Sebastião Cardoso s/n, Parque Brasil 500, Paulínia-SP, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (xii) 01 filial da Companhia na Avenida Beirute nº 863, Loteamento Multivias II, Jardim Ermida I, Jundiá-SP, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (xiii) 01 filial da Companhia na Avenida João Batista Nunes nº 50, Quadra G1 B1, denominada "Remanescente A-2" da Parte A da Gleba 1 B, Distrito Industrial, Vinhedo-SP, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (xiv) 01 filial da Companhia em Plantation, Estado da Flórida, EUA, em 1.200 South Pine Island Road, ZIP Code 33324, com capital em separado de R\$ 3.190.370,00 para fins fiscais; e (xv) 01 filial da Companhia na Rua Papa João Paulo II nº 06, Lote 2B, Quadra Gleba Única, Jardim Santa Izabel, Hortolândia-SP, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais." Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos e determinou a lavratura desta Ata, que foi lida e achada conforme, sendo aprovada e assinada pelos presentes. Vinhedo-SP, 19/05/2021 Assinaturas: André Neris de Souza: Presidente; Roberto Rio Branco Nabuco de Gouvêa: Secretário. Ascenty Holding Brasil S.A., Gabriel Nascimento Pinto: Diretor Presidente. JUCESP – Registrado sob o nº 255.716/21-7 em 02/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Caieana AGR Comércio de Cereais S.A.
 CNPJ/ME nº 16.668.999/0001-81 – NIRE 35.300.511.484

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 23 de abril de 2021

1. Data, Hora e Local: Aos 23/04/2021, às 10:00 horas, na sede social da Caieana AGR Comércio de Cereais S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.121, conjunto 104, Jardim Paulistano. **2. Convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), em virtude da presença dos acionistas titulares da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Gabriel Filipe Rodrigues dos Santos. Secretário: Guilherme da Costa Lima. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as respectivas demonstrações financeiras e contábeis da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2020; e (ii) a lavratura da Ata desta Assembleia na forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º e 2º, da Lei das S.A. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas da Companhia, representando a totalidade das ações de emissão da Companhia, deliberaram por unanimidade de votos e sem ressalva ou restrição, o quanto segue: (i) aprovar, depois de examinadas e discutidas, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020, que integram essa Ata como Anexo I, sendo dispensada a publicação dos anúncios de que trata o caput do artigo 133 da Lei das S.A., observado o disposto no § 4º do referido artigo, do balanço patrimonial, nos termos do artigo 294, inciso II da Lei das S.A, bem como a elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa, conforme dispõe o artigo 176, § 6º da Lei das S.A.; e (ii) aprovar a lavratura da Ata desta Assembleia na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º e 2º da Lei das S.A. **6. Encerramento:** Nada mais havendo para ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, ninguém se manifestando, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, a presente Ata foi lida, aprovada e assinada por todos os acionistas, juntamente com os membros da Mesa. **7. Assinaturas: Acionistas:** Gabriel Filipe Rodrigues dos Santos, Gilberto Marcos Angelo, Guilherme da Costa de Lima e Gustavo Lucas Foz. São Paulo, 23/04/2021. **Mesa:** Gabriel Filipe Rodrigues dos Santos: Presidente; Guilherme da Costa Lima: Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado de registro sob o nº 255.658/21-7 em 03/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Dólar sobe 1,73% na semana, maior alta desde março

O dólar fechou a sexta-feira, 11, em alta, acumulando valorização de 1,73% na semana, a maior desde 21 de março. A elevação põe fim a duas semanas consecutivas de baixas, que levou a moeda americana para bem perto de R\$ 5,00. Após dados de inflação voltarem a surpreender no Brasil, Estados Unidos e outras partes do mundo, como a China, cresce a expectativa pela avaliação de banqueiros centrais na semana que vem sobre este movimento.

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,6149	Peso (Chile) - 0,007107
Dólar (EUA) - 5,1190	Peso (México) - 0,2565
Franco (Suíça) - 5,6928	Peso (Uruguai) - 0,1174
Iene (Japão) - 0,04664	Yuan (China) - 0,8003
Libra (Inglaterra) - 7,2244	Rublo (Rússia) - 0,07095
Peso (Argentina) - 0,05383	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,1950

Data Mercantil
 A melhor opção para sua empresa
 Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Negócios

Projeto eólico de R\$ 3 bilhões da Enel entra em operação comercial no Piauí



A Enel Green Power Brasil iniciou hoje a operação comercial do parque eólico Lagoa dos Ventos, no estado do Piauí. A entrada do projeto ocorre em um momento em que o país passa por uma das maiores crises hídricas da história, o que levou o Operador Nacional do Sistema Elétrico a emitir um alerta de que diversas usinas podem entrar em colapso.

A construção da unidade de 716 MW, localizada nos municípios de Lagoa do Barro do Piauí, Queimada Nova e Dom Inocêncio, envolveu um investimento de cerca de R\$ 3 bilhões.

O parque eólico Lagoa dos Ventos é composto por 230 turbinas eólicas e será capaz de gerar mais de 3,3

TWh por ano, o que equivale ao consumo de 1,6 milhão de residências. Enfileiradas, as turbinas têm uma extensão 10 vezes maior que a ponte Rio-Niterói.

– Como nossa maior usina eólica do mundo, Lagoa dos Ventos representa um passo significativo para o nosso crescimento, contribuindo ainda mais para a diversificação da matriz energética do país – disse Salvatore Bernabei, presidente da empresa.

O projeto já tem uma nova expansão agendada. Em dezembro do ano passado, a Enel anunciou o início da construção de um novo projeto, o Lagoa dos Ventos III, com investimento adicional de cerca de 360 milhões de euros.

Assim, o complexo eólico terá 302 aerogeradores

e poderá gerar cerca de 5,0 TWh por ano.

No fim de maio, o BNDES anunciou financiamento a outro parque eólico também no Nordeste. O financiamento, no valor de R\$ 216,7 milhões, foi concedido ao grupo econômico Casa dos Ventos, no âmbito do BNDES Finem.

Os recursos correspondem a 76% do valor total do investimento (R\$ 284,8 milhões). A previsão é de que o parque entre em operação até dezembro de 2021.

Localizado nos municípios de Riachuelo, Bento Fernandes, Caiçara do Rio do Vento e Ruy Barbosa, o espaço tem 63 MW de capacidade instalada, volume que corresponde ao consumo de 130 mil residências.

Google lança programa para ajudar empreendedores a vender pela internet

O Google anunciou nesta quinta-feira (10) o lançamento da segunda edição do programa criado para apoiar a entrada de empreendedores no comércio eletrônico. As empresas participantes poderão aprender a criar sua primeira loja virtual, ter acesso a plataformas de gestão e meio de pagamento, além de estratégias digitais para atrair mais consumidores.

Na primeira edição do programa no ano passado, o “Cresça suas Vendas com o Google” impulsionou a criação de mais de 7 mil lojas virtuais. A expectativa agora é atingir cerca de 20 mil pequenas e médias empresas (PMEs) até dezembro.

Na edição deste ano, o programa terá a parceria de empresas como Loja Integrada, Mercado Shops e Cielo.

“Vender on-line não depende apenas de um e-com-

merce. As pequenas e médias empresas também têm outras necessidades, como gerenciar seu estoque ou receber pagamentos on-line”, afirma Susana Ayarza, diretora de marketing do Google Brasil.

O Google também disponibiliza no site treinamentos digitais para quem ainda não vende produtos por meio da Internet ou quer aprender novas habilidades digitais como gestão da presença on-line, precificação de produtos, técnicas de vendas, entre outros. Os conteúdos são gratuitos.

O Google destaca que cerca de 13 milhões de pequenas e médias empresas foram diretamente afetadas pela crise gerada pela pandemia, de acordo com os dados oficiais, mas que o aumento do número de brasileiros que realizam compras pela internet ampliou as oportunidades para novas lojas online.

G1



Globo

Setor de serviços avança 0,7% em abril



Em tentativa de reação, o setor de serviços teve desempenho positivo em abril. Na comparação com março, o volume de negócios subiu 0,7% no país. Mesmo com o avanço, o setor está 1,5% abaixo do patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020.

O resultado foi divulgado nesta sexta-feira (11) pelo IBGE.

Em relação a abril de 2020, fase inicial da pandemia, houve alta de 19,8%. É a maior elevação da série histórica, iniciada em 2012, nesse tipo de recorte. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam avanço inferior, de 18,8%

O crescimento, entretanto, foi turbinado pela base de comparação fragilizada.

É que, no quarto mês do ano passado, diversos serviços desabaram com os impactos iniciais da crise sanitária, que paralisou a operação de empresas.

Conforme o IBGE, o setor ainda continua no vermelho no acumulado de 12 meses. Até abril, a baixa foi de 5,4%. No acumulado deste ano, a variação é positiva, de 3,7%.

A prestação de serviços foi atingida em cheio pela pandemia porque reúne atividades que dependem da circulação de clientes. Entre elas, estão operações de hotéis, bares e restaurantes.

Após despencar no começo da crise, o setor ensaiou retomada ao longo de 2020. No entanto, deu sinais de perda de fôlego com a redução de estímulos à eco-

nomia e a piora da crise sanitária na largada de 2021.

A alta de 0,7% em abril foi acompanhada por duas das cinco atividades investigadas pelo IBGE. O maior avanço foi registrado por serviços prestados às famílias (9,3%), que recuperaram somente uma parte da queda de 28% em março.

A melhora parcial dessa atividade está relacionada ao menor nível de restrições em abril. Dentro de serviços prestados às famílias, a principal elevação foi de alojamento e alimentação (9,8%).

Ou seja, restaurantes, bares e hotéis foram beneficiados pela reabertura de empresas e pela maior circulação de clientes.

Leonardo Viceli/Folhapress